



Relatório de Execução Física

N.º do Processo SEI: 25027.000543/2024-35

Subunidade/Unidade: GEREB

Instrumento Jurídico: Termo de Execução Descentralizada nº 39440026 (4602625)

Contrato nº: 12/2025 (4622039)

Vigência do contrato: 10/01/2025 a 10/01/2027

Projeto Fiotec: GEREB 009 FIO 25

Coordenador(a) Geral do contrato: DENISE OLIVEIRA E SILVA - SIAPE nº 04 [REDACTED]

Valor total do contrato: R\$ 11.150.000,00 (onze milhões cento e cinquenta mil reais)

Período deste relatório: 12/02/2025 a 07/07/2025

1. Objeto da contratação:

Execução das atividades de apoio logístico, administrativo e gestão financeira do projeto do **Projeto: “Desenvolvimento de ações de apoio à implementação, qualificação e fortalecimento das estratégias nacionais de segurança alimentar, de saúde pública e de desenvolvimento sustentável.”**

2. Objetivos Geral e Específicos do Projeto:

2.1. Geral: Desenvolver boas práticas de gestão e de governança, capacitação e metodologias de monitoramento e avaliação no âmbito dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), além de gerar e de disseminar informações e conhecimentos sobre alimentação, nutrição e cultura no Brasil junto ao Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA).

2.2. Específicos:

- Levantar e sistematizar as experiências de boas práticas de gestão e de governança no âmbito da Conab e das organizações da agricultura familiar no PAA;
- Desenvolver capacitação e formação de gestores da Conab e de organizações da agricultura familiar em todas as esferas de atuação do PAA;

- Elaborar metodologia de monitoramento e avaliação das operações da CONAB com ênfase nas mulheres rurais, juventude rural, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, povos de matriz africana e das cozinhas solidárias;
- Levantar arcabouço conceitual e teórico de desenvolvimento de modelos de investigação sobre o PAA;
- Aperfeiçoar a metodologia de coleta, de consolidação e de disponibilização de preços, de quantidades e de origens de hortigranjeiros do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) e contribuir para o Diagnóstico dos mercados atacadistas de hortigranjeiros;
- Gerar e disseminar informações que tem a finalidade de promover a ciência cidadã por meio da construção, análise e disseminação do conhecimento teórico-científico e popular em alimentação, nutrição e cultura no Brasil junto ao Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA).

3. Execução

O presente projeto vem sendo executado em acordo com as metas e atividades em consonância com os termos pactuados no Contrato, a saber:

Foram realizadas reuniões de negociação e planejamento de atividades entre as equipes FIOCRUZ e CONAB visando as seguintes atividades previstas nas metas abaixo pactuadas:

Meta 1: Sistematizar experiências de boas práticas de gestão e de governança no âmbito da Conab e das organizações da agricultura familiar no PAA.

- 1.1. Elaborar Relatórios (bimestrais e final) de boas práticas, de governança, de propostas de parcerias com os demais atores do PAA e de intervenção focadas nos públicos prioritários;
- 1.2. Realizar Seminário presencial de apresentação de resultados.

Meta 2: Desenvolver curso/treinamento para capacitação e formação de gestores da Conab e de organizações da agricultura familiar em todas as esferas de atuação do PAA.

- 2.1 Elaborar projeto político pedagógico;
- 2.2 Elaborar edital de seleção;
- 2.3 Oferta do Curso EAD;
- 2.4 Avaliação do Curso.

Meta 3: Propor metodologia de monitoramento e avaliação das operações da CONAB com ênfase nas mulheres rurais, juventude rural, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, povos de matriz africana e das cozinhas solidárias.

- 3.1 Realização de pesquisa/revisão bibliográfica sobre sistemas de monitoramento e avaliação;
- 3.2 Criação de protótipo de modelagem para testagem de campo; testagem em campo em 3 experiências territoriais a serem indicadas pela Conab;
- 3.3 Consolidação e análise dos dados de campo;
- 3.4 Realização de seminário para apresentação de resultados e da metodologia;
- 3.5 Proposição de indicadores de acompanhamento e de impacto do PAA e apresentação de relatório final dos trabalhos.

Meta 4: Construir arcabouço conceitual e teórico de desenvolvimento de modelos de investigação sobre o PAA.

- 4.1 Realização de revisão documental sobre o PAA e construção de referencial teórico-conceitual;
- 4.2 Elaborar modelos de pesquisa e investigação para estudar o impacto social, econômico e nutricional do PAA nos territórios e comunidades beneficiadas;
- 4.3 Realizar estudos de caso e avaliações quantitativas e qualitativas com foco nos resultados e na sustentabilidade do programa;
- 4.4 Realização de seminário para apresentação de resultados;
- 4.5 Apresentação de relatório final dos trabalhos.

Meta 5: Propor aperfeiçoamento da metodologia de coleta, de consolidação e de disponibilização de preços, de quantidades e de origens de hortigranjeiros do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) e contribuir para o Diagnóstico dos mercados atacadistas de hortigranjeiros.

- 5.1 Realizar Diagnóstico operacional-metodológico e dos mercados atacadistas de hortigranjeiros.

Meta 6: Realizar eventos de informação e comunicação junto ao Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA).

- 6.1 Sistematizar e disseminar informações sobre hábitos alimentares brasileiros, aproveitando dados coletados por meio do PAA e do Prohort, para promover e fomentar saúde e alimentação adequada;
- 6.2 Produzir, editar e publicar relatórios, análises e estudos sobre hábitos alimentares brasileiros, tornando as informações acessíveis para gestores, acadêmicos e para a população em geral.

3.1 Execução Física e Financeira

META	EXECUÇÃO FÍSICA		VALOR DA META R\$	EXECUÇÃO FINANCEIRA	
	% REALIZADO	% A REALIZAR		VALOR EXECUTADO R\$	VALOR A EXECUTAR R\$
1 - Sistematizar experiências de boas práticas de gestão e de governança no âmbito da Conab e das organizações da agricultura familiar no PAA.	7%	93%	6.448.688,00	428.981,64	6.019.706,36
2 - Desenvolver curso/treinamento para capacitação e formação de gestores da Conab e de organizações da agricultura familiar em todas as esferas de atuação do PAA.	4%	96%	561.409,00	21.710,00	539.699,00
3 - Propor metodologia de monitoramento e	5%	95%	647.100,00	94.675,39	552.424,61

avaliação das operações da CONAB com ênfase nas mulheres rurais, juventude rural, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, povos de matriz africana e das cozinhas solidárias.					
4 - Construir arcabouço conceitual e teórico de desenvolvimento de modelos de investigação sobre o PAA.	3%	97%	358.000,00	0,00	358.000,00
5 - Propor aperfeiçoamento da metodologia de coleta, de consolidação e de disponibilização de preços, de quantidades e de origens de hortigranjeiros do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) e contribuir para o Diagnóstico dos mercados atacadistas de hortigranjeiros.	2%	98%	940.640,00	15.920,00	924.720,00
6 - Realizar eventos de informação e comunicação junto ao Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA).	10%	90%	1.005.840,58	335.263,95	670.576,63

4. Resultados Alcançados:

- Realizada na sede da Fiocruz em Brasília, no dia 28 de abril de 2025, a Oficina de Planejamento Estratégico marcou um passo significativo na colaboração entre a Companhia Nacional de Abastecimento

(Conab) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A iniciativa integra a agenda de fortalecimento institucional e cooperação técnica entre as duas instituições, voltada à promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis, inclusivos e baseados em evidências. O objetivo central da oficina foi direcionar melhor a estrutura analítica e estratégica das ações do termo de colaboração Fiocruz Bsb e Conab do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort). A proposta da oficina foi a construção de maneira colaborativa da Estrutura Analítica de Projeto (EAP) das seis metas previstas no TED, estabelecendo uma base comum para o fortalecimento da gestão e promoção de processos formativos e a definição de estratégias de monitoramento e acompanhamento destas ações. Além disso, a oficina fomentou a integração das equipes Fiocruz e Conab, alinhamento sobre o papel do Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA) e necessidade de atualização das informações das metas e suas atividades.

- Foi realizada a CHAMADA Nº 05/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PREENCHIMENTO DE 111 (CENTO E ONZE) VAGAS DE BOLSISTA DE EXTENSÃO NO PROJETO FIOCRUZ/CONAB. O objetivo deste processo seletivo consiste em selecionar bolsistas que atendam aos requisitos descritos neste documento, para contribuir com o desenvolvimento das atividades no âmbito Projeto intitulado “desenvolvimento de ações de apoio à implementação, qualificação e fortalecimento das estratégias nacionais de segurança alimentar, de saúde pública e de desenvolvimento sustentável”, em sua primeira meta, qual seja, “sistematizar experiências de boas práticas de gestão e de governança no âmbito da Conab e das organizações da agricultura familiar no PAA”.

- PESQUISA/REVISÃO BIBLIOGRÁFICA REALIZADA SOBRE SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

Na gestão pública, políticas sociais construídas com a participação social podem incorporar a pesquisa-ação em todas as suas etapas, mas precisam considerar algumas limitações como a dificuldade de generalização pois os resultados são contextuais, o tempo exigido, via de regra mais longo, bem como o comprometimento e envolvimento dos participantes, para tanto os conhecimentos resultantes ao longo da pesquisa-ação devem servir aos interesses da comunidade envolvida, não apenas aos pesquisadores.

Como exemplo de utilização da pesquisa-ação crítica, preconizada por Thiollent, podemos apontar a realização do relatório “Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte”, realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (SCHMITT, 2020), com avaliação dos projetos da segunda edição do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (ECOFORTE), instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, via Decreto nº 7.794 de 2012, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica. O ECOFORTE, no momento, está em sua terceira edição; a primeira foi em 2014 e a segunda em 2019.

Por vezes o próprio desenho de um programa demanda olhares diferenciados para monitorar e avaliar o mesmo. Foi o caso do ECOFORTE, que financia organizações articuladas em rede em um território específico, e não organizações ou instituições isoladas. Segundo Schmitt (2020), a realização da sistematização das redes apoiadas pelo Programa Ecoforte demandou a elaboração participativa de um método de pesquisa.

Ao longo de todo o percurso, fomos desafiadas/os a manter o foco nas questões de pesquisa que deram origem ao projeto, incorporando, ao mesmo tempo, uma série de demandas que foram surgindo a partir do diálogo com os diferentes atores engajados no processo de sistematização. Equilibrar esses diferentes olhares foi, sem dúvida, um permanente desafio. (SCHMITT, 2020: 46)

O método utilizado nessa avaliação, denominado Lume, visa particularmente obter e analisar dados e informações sobre agroecossistemas, também foco central do Programa ECOFORTE. Os agroecossistemas, nessa perspectiva, são entendidos sob várias dimensões de forma sistêmica, não linear.

Ao contrário da teoria econômica convencional, que aborda o mundo social e o mundo natural como sistemas mecanicistas explicados e manipulados a partir de relações causais lineares e politicamente neutras, essas perspectivas críticas da ciência econômica partem da compreensão da complexidade envolvida no funcionamento da sociedade e da natureza e, sobretudo, da relação orgânica entre sociedade e natureza. Consideram igualmente a influência nas relações de poder entre classes sociais e entre gêneros na organização do trabalho e na distribuição da riqueza socialmente produzida. Como resultado da interação dinâmica entre o mundo social e o mundo natural, o agroecossistema é apreendido como um ecossistema cultivado, socialmente gerido. (PETERSEN, 2017: 89)

O referido método segue um itinerário (Petersen, 2017) no qual as informações conseguidas em campo são na sequência ordenadas e analisadas com o auxílio dos seguintes instrumentos:

- uma linha do tempo para representação da trajetória do agroecossistema;
- diagramas de fluxos para a representação do funcionamento econômico-ecológico do agroecossistema (modelização); e
- uma planilha para análise de qualidades sistêmicas do agroecossistema.

Ao longo deste Projeto, pudemos experienciar alguns debates, em atividades das quais participamos, junto a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que integra a estrutura regimental da Secretaria-Geral da Presidência da República, segundo o Decreto nº11.363 de janeiro de 2023. A CNAPO é a instância de articulação, diálogo e participação da sociedade no âmbito da já mencionada PNAPO.

Citamos aqui, duas atividades de fôlego realizadas e diretamente relacionadas ao foco desse Produto 1: a 27ª Reunião Ordinária da CNAPO (8, 9 e 10//04/2025 do Auditório do Anexo da Presidência da República, em Brasília) e a Reunião Técnica para construir um sistema de avaliação e monitoramento participativo (06/06/2025 na Fiocruz Brasília). Em ambas pudemos acompanhar e relatar as atividades conforme documentos anexos à esse Produto 1.

A CNAPO vem articulando *stakeholders* (beneficiários, gestores) no processo de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2024-2027), que nesta terceira edição é composto por sete eixos. São eles: Produção; Uso de conservação da agrobiodiversidade e da natureza; Construção do conhecimento e comunicação; Comercialização e consumo; Terra e território; Sociobiodiversidade; e Saúde e cuidados com a vida.

Na busca por métodos participativos, o Lume vem sendo abordado e debatido nos espaços que vêm sendo construídos para monitorar os Programas que integram o PLANAPO (2024-2027), como exemplo concreto e viável de monitoramento que envolve estudos de caso, análise aprofundada de experiências específicas, entrevistas e grupos focais, captação de percepções de beneficiários e gestores, análise documental e revisão de relatórios, leis e registros administrativos.

- REALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA NA TERRA DO MEIO - PARÁ:

O território da Terra do Meio, localizado no Estado do Pará, é uma região de grande relevância ambiental, socioeconômica e cultural, abrigando extensas áreas de floresta amazônica, comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e extrativistas, e grande biodiversidade. Do ponto de vista socioeconômico, a população local depende majoritariamente de atividades de subsistência, como pesca, agricultura familiar e extrativismo, incluindo a coleta de castanha-do-pará e borracha. Culturalmente, essas comunidades preservam modos de vida e saberes tradicionais que convivem em harmonia com a floresta. Contudo, a Terra do Meio enfrenta desafios significativos, como o desmatamento ilegal, grilagem de terras, exploração predatória de recursos naturais, conflitos fundiários e a falta de infraestrutura básica para saúde, educação e transporte. Para enfrentar esses problemas, faz-se necessário o fortalecimento da governança territorial, a implementação efetiva de políticas públicas de conservação e valorização das comunidades tradicionais, o estímulo a cadeias produtivas sustentáveis e o combate rigoroso às atividades ilegais, garantindo a proteção ambiental e o desenvolvimento socioeconômico equilibrado na região.

Neste sentido, atua o Projeto Sociobio+, uma parceria entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Cooperação Internacional Alemã (GIZ), com financiamento da União Europeia através do programa Euroclima. Ele busca fortalecer os sistemas socioprodutivos e políticas públicas para promover a sustentabilidade e a inclusão socioeconômica de comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultores familiares na Amazônia Legal. Entre os territórios beneficiados estão o Médio Mearim (MA), Marajó (PA), Terra do Meio (PA), Médio Solimões (AM) e Juruá (AC).

As ações do projeto estão alinhadas à Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Sociobio+ promove atividades como capacitações, oficinas e intercâmbios de boas práticas, priorizando a autonomia e participação das comunidades. Além disso, busca melhorar o acesso dessas comunidades às políticas públicas, incentivar práticas de uso sustentável da biodiversidade e fortalecer a comercialização de produtos extrativos, como babaçu e castanha, em mercados locais e nacionais.

Como resultado, a Terra do Meio deu um salto na participação no PAA, incluindo inicialmente 107 famílias, além de 82 tipos de alimentos, sendo 22 novos para o PAA, o que caracteriza a diversidade da cultura alimentar dos povos desse território. São mais de 500 toneladas de alimentos entregues em 90 escolas espalhadas em 9 Terras Indígenas e 3 Resex, em uma área de aproximadamente 9 milhões de hectares de florestas e rios.

Como parte das boas práticas desta ação no Estado do Pará, para além das oficinas de capacitação sobre o PAA nas comunidades locais, houve a organização de um grupo de Agentes Territoriais Ambientais (ATAs), que recebem capacitações contínuas para que atuem como facilitadores da comunicação e da execução do PAA em suas comunidades, sendo integrantes delas e falantes de suas línguas matrizes.

Com todos estes resultados, todavia, destacam-se os seguintes gargalos para a execução do PAA em territórios de povos e comunidades tradicionais, a saber: capacitação e organização comunitária desses povos, suas associações e cooperativas; assistência e acompanhamento técnico; um novo marco de inclusão sanitária para a realidade amazônica; agroindústrias nos territórios; acesso ao CAF e enquadramento no NIS.

Por outro lado, inovações às políticas públicas, como a Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil, uma iniciativa formada por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, sob a coordenação do MPF, que atua em âmbito nacional, discutindo ações e medidas voltadas para viabilizar a compra, pelo poder público, de itens produzidos diretamente pelas comunidades tradicionais para a alimentação escolar, viabiliza a entrega de alimentos produzidos nas terras indígenas nas escolas das próprias aldeias da Terra do Meio através do PAA. Esta adaptação da legislação, que na prática representa uma flexibilização das exigências sanitárias nestes territórios, representa imensos impactos positivos, relatados pelos próprios envolvidos no PAA local, como:

- Resgate da cultura alimentar e de cultivos que já estavam se perdendo.
- Promoção de alimentos de qualidade. Há cerca de 15 espécies de peixes sendo entregues no PAA Terra do Meio.
- Redução da geração de lixo nas comunidades, quando comparado à cesta básica e às entregas de alimentação escolar fora do PAA.
- Educação alimentar dos estudantes: Crianças passaram a preferir os alimentos tradicionais, nas merendas escolares.
- PAA movimenta renda ao longo de todo o ano e estimula a circulação dentro do dinheiro nas próprias comunidades, pela comercialização de produtos tradicionais.
- O programa evidencia para a sociedade em geral, a importância da produção vinda das Resex e Terras Indígenas, quebrando estereótipos e preconceitos contra os povos indígenas.

5. Considerações Gerais

Declaro para os devidos fins que todas as ações executadas foram para o desenvolvimento das metas e alcance dos objetivos em observância aos princípios públicos que norteiam a correta utilização do recurso.

Assinatura eletrônica do Coordenador(a) do Projeto



Documento assinado eletronicamente por **DENISE OLIVEIRA E SILVA, Responsável do Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura**, em 08/07/2025, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

nformando o código verificador [REDACTED] e

o código CRC [REDACTED]

Referência: Processo nº 25027.000543/2024-35

SEI nº 5181333

Gestor: COGEPLAN

Versão: 01 - janeiro/2025